

CAPÍTULO 4:

PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO E NO BRASIL: MODELOS EDUCACIONAIS

Marisa Dias Lima¹

Márcia Dias Lima²

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, no campo educacional do país, sobre a inclusão da pessoa com necessidades específicas, principalmente das pessoas surdas. Apesar de que a Educação dos Surdos não dizer respeito somente à escola, é nesse ambiente que o assunto vem ganhando mais força e gerando mais questionamentos por parte dos pais e educadores, pois sabemos que a inclusão se refere ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, pessoas com e/ou sem necessidades educacionais específicas, durante sua permanência na escola. Dessa maneira, toda escola deveria estar preparada, tanto em termos físicos (mobiliário, espaço físico etc.), quanto em termos pedagógicos, não só para receber e atender todo tipo de aluno, mas também para respeitar suas diferenças e educar de acordo com o ritmo e as possibilidades de cada um.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do “Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia”, 1ª e 2ª edições. E-mail: marisalima@ufu.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Educação pela UFU e Especialista em Educação Especial com ênfase na Surdez. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professora pesquisadora do “Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Surdos em tempos de pandemia”, 1ª e 2ª edições. E-mail: marcialima.ufu@gmail.com

Atualmente, nos deparamos com vários entraves existentes na Educação dos Surdos, sendo que o maior deles é o despreparo dos professores de alunos surdos que possuem dificuldade de atender/ensinar, entretanto, é notório que a escola atual tem que assumir, ao lado da Educação dos Surdos, o uso linguístico em Libras utilizado/adotado e respeitado no espaço escolar. Assim, a educação, como prática, precisa estar em constante reflexão teórica a ser discutida constantemente, porque é esse fluxo, entre o agir e o pensar, que dinamiza a ação, resistindo à subserviência ideológica de dominação.

É notável que muitos consideram os surdos como indivíduos intelectualmente incapazes por não possuírem a Língua Portuguesa como a primeira língua, desvalorizando, assim, a sua cultura, e passam a associar a surdez a um comprometimento cognitivo. Essa é uma concepção totalmente equivocada, o que leva os surdos a desenvolverem uma autoimagem enfraquecida e, em muitos casos, ignorada no seu meio social e no seu espaço escolar. Nesse sentido, o termo “surdo”, para a maioria das comunidades, compreende uma variedade de transtornos, que são usualmente considerados como parte de um ser humano inferior. Inevitavelmente, desconhecem os motivos pelos quais os surdos não partilham da “visão ouvinte do mundo” (apesar de haver uma ampla divulgação), e acreditam que a imersão em um mesmo ambiente linguístico de Língua Portuguesa é suficiente para surdos e ouvintes adquirirem a língua falada no meio, o que não acontece na realidade dos surdos. Isso porque, contrariamente aos ouvintes, os surdos, por possuírem a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua natural/materna, uma língua diferente da falada pelos primeiros, compartilham com outros surdos as experiências de mundo essencialmente visuais, por meio das imagens e movimentos que os cercam. A consequência primeira dessa realidade é a existência de uma cultura surda própria e diferenciada daquela do mundo ouvinte (FARIA, 2003; SKLIAR, 1998).

Partindo desses pressupostos teóricos discutidos por alguns autores, tais como), Skliar (1997), Lacerda (1998), Soares (1999), é necessário

situar, no campo de investigação epistemológica, algumas questões, dentre elas: de que forma as mudanças sociais ao longo da história contribuíram na organização política, social e educacional dos surdos? De que maneira a concepção que a sociedade tem acerca dos surdos influencia na prática da Educação dos Surdos?

Para esse fim, este trabalho procura visibilizar algumas percepções que temos acerca da Educação dos Surdos, que se fazem hoje presentes e foram influenciadas por de três fatos considerados determinantes na história da Educação de Surdos: retrospectiva histórica da Educação dos Surdos, contribuição das pessoas na construção de sua educação e as influências que tiveram no Pós-Congresso de Milão.

Ademais, ressalta-se que é de grande valia aprofundar nos conhecimentos diante dos questionamentos do ensino dos surdos, que tem por finalidade oferecer suporte aos atuais e futuros docentes da educação, a fim de atuarem de forma mais capacitada e preparada numa educação de qualidade, principalmente com as crianças surdas que possuem a maior carência de professores qualificados, com o aprofundamento nos conhecimentos relacionados à Educação dos Surdos. Isso possibilitará que discutam práticas e teorias, partindo de uma questão sociocultural, na qual é um sujeito surdo que tem a Libras a sua língua natural.

2. Fundamentação Teórica

Este trabalho toma como objeto apresentar os estudos desenvolvidos, seguindo os pressupostos teóricos de que as trajetória da Educação dos Surdos vem sendo modificada desde a antiguidade; a contribuição de algumas personalidades no processo de escolarização dos surdos e o seu papel no movimento; os diferentes modelos educacionais presentes na Educação dos Surdos após a discussão do Congresso de Milão que contribuiu para o desenvolvimento das discussões de melhoria para a Educação dos Surdos de hoje.

2.1 Retrospectiva histórica da Educação dos Surdos

Até meados do século XVI, os surdos, denominados surdos-mudos, eram considerados ineducáveis, deixados à margem como inúteis à coletividade. No entanto, desde essa época, já havia esforços para tornar possível a sua educação. Segundo Araújo (2000, p. 10), o médico italiano Girolamo Cardano afirmou que os surdos-mudos podiam ser postos em condições de “ouvir lendo e de falar escrevendo”. Posteriormente, o frade espanhol Pedro Ponce de Leon conseguiu ensinar a linguagem articulada a surdos-mudos e, em 1620, outro espanhol, Juan Pablo Bonet, publicou o primeiro livro sobre o assunto, em que explica como exercitar o educando para a emissão dos sons. Visto que os surdos, na época, quase sempre eram também mudos, isso fazia com que eles não fossem reconhecidos como pessoas capazes de possuírem direitos legais. O reconhecimento de surdos filhos de famílias nobres como pessoas de lei, para que pudessem herdar títulos e a fortuna da família, foi um fator para o desenvolvimento de métodos educacionais especiais para os surdos (SACKS, 1998).

Até 1750, a situação das pessoas surdas era calamitosa, pois eram considerados incapazes de desenvolver a fala e, portanto, “mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares. O abade francês Charles Michel de L'Épée criou o chamado método silencioso, no século XVIII. Sem desprezar a importância da palavra oral, L'Épée deu relevo especial ao emprego de sinais manuais, estabelecendo uma linguagem convencional, como meio de instrução dos surdos.

Nas afirmações de Lacerda (1998), o abade francês Charles Michel de L'Épée foi o primeiro a estudar uma Língua de Sinais usada pelos surdos. Partindo da observação da comunicação de um grupo de surdos que utilizava gestos, ele desenvolveu um método educacional apoiado na Língua de Sinais, conhecido como método francês. Esse sistema foi amplamente difundido em toda a Europa.

No Brasil, na época do Império, as elites dirigentes, que já tinham por costume enviar seus filhos para estudarem na Europa, passaram a mandar também para lá os que apresentavam deficiências, para que se beneficiassem dessas viagens educativas. A primeira tentativa de institucionalização da educação do deficiente no Brasil foi feita em 1835, pelo Deputado Cornélio Ferreira. Entretanto, somente em 1856 teve início o ensino dos surdos-mudos, quando o professor francês Eduard Huet, também surdo, fundou, no Rio de Janeiro, sob os “auspícios” de D. Pedro II, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos – INSM, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Segundo Reis (*apud* LACERDA, 1998), corria a informação, nos primórdios da instituição, de que D. Pedro II teria trazido para o Brasil o professor Huet para iniciar o ensino da Educação do Surdo no Brasil, porque a Princesa Isabel tinha um filho que era surdo e que, em função disso, D. Pedro II teria se interessado em iniciar a Educação dos Surdos no Brasil.

De acordo com Tobias Rabello Leite (terceiro Diretor do INSM¹ que escreveu a obra “Compêndio para o Ensino de Surdos-Mudos”), atender ao surdo é

[...] estimá-lo, e dar-lhe sinais de afeição. Por outro modo, não se poderia obter dele confiança, nem dominar sua índole selvagem. [...] A educação, que é indispensável ao surdo-mudo, [...] consiste nos hábitos de asseio, de decência, de ordem, de obediência e respeito, assim como na cultura das faculdades intelectuais e morais pela prática da linguagem. (LEITE, 1881, p.28 *apud* MONTEIRO, 2006, p. 52).

O INSM aceitava a Língua de Sinais e a datilologia, ou seja, o alfabeto manual. Para disciplinar os alunos, eram aplicadas, primeiramente, advertências (verbais e escritas); em caso de reincidência, havia suspensão; depois, repetindo-se de novo a falta, ocorria diminuição de alimentação; em último caso e, por fim, optava-se pela expulsão.

¹ Instituto Nacional do surdo-mudo.

Tudo indicava que o Governo não tinha interesse em assumir essa tarefa, tanto que passou esse encargo para as províncias. Assim, foi fadada ao esquecimento, juntamente com a instrução pública primária que garantia gratuidade a todos pela Constituição de 1824, mas relegada aos mínguaos recursos provinciais.

Em 1911, já com nova denominação, o Instituto Nacional dos Surdos, INES, foi remodelado, adotando o método oral puro (oralismo). Proibiu-se em sala de aula o uso da Língua de Sinais, dando preferência ao treinamento da fala. Apesar de proibida, a Língua de Sinais continuava sendo utilizada, tanto no Instituto como fora dele, independentemente do que fosse adotado oficialmente. (ROCHA, 1997 *apud* LACERDA, 1998).

A educação da pessoa surda, nos anos sessenta, acompanhou esse movimento, tendo como bandeiras: o reconhecimento da Língua de Sinais, as pesquisas sobre a aquisição da linguagem e a tomada de consciência dos educadores dos resultados pouco satisfatórios dos métodos orais para a aquisição de conhecimentos pelos surdos.

Hoje em dia, uma decisão de especial relevância para a Educação dos Surdos no Brasil foi tomada pelo Congresso Nacional, ao sancionar a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que declarava nos seus quatro primeiros artigos:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira

de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS não poderão substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.”
(BRASIL, 2005, n.p).

Outra importante conquista que merece destaque foi a assinatura do Decreto que regulamenta a Lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Então, a partir dessa história relatada, é possível perceber que os surdos passaram por diversas mudanças profundas no seu processo de ensino, pois eram vistos como pessoas não pensantes no passado, totalmente incapazes de assumir seu papel na sociedade. Atualmente, apesar dos avanços, alguns surdos ainda continuam sendo prejudicados pela sociedade, família, escola e outros, pois algumas pessoas pensam que, pelo fato de não ouvirem, eles são dignos de dó e piedade, por causa da sua “incapacidade”.

Nessa perspectiva, a Educação de Surdos, ainda atualmente, continua sofrendo interferências socioeconômicas, culturais e políticas, prejudicando o acesso da população surda às informações sociais, além do preconceito contra a Língua de Sinais.

2.2. Contribuição das pessoas na construção da Educação de Surdos

Várias são as pessoas que, de alguma forma e em determinados momentos históricos, com maior ou menor intensidade, contribuíram para a construção da história do surdo e da Língua de Sinais. Algumas personalidades se destacaram na construção dessa história e buscamos, por meio do quadro a seguir, exemplificar brevemente quem foram e suas contribuições.

Quadro 1 – História dos surdos

Época	Personalidade	Fatos
IDADE MODERNA	Pedro Ponce de Leon	Fundou uma escola para surdos em Madri; Ensinava filhos surdos de pessoas nobres da sociedade da época; desenvolveu um alfabeto manual que auxiliava na soletração das palavras.
	Juan Pablo Bonet	Utilizava o método oral; Estudava e escrevia sobre as metodologias para ensinar o surdo a ler e escrever.
	JonhBulwer	Adepto da língua de sinais; Produziu um método e comunicação para se comunicar com os surdos.
	Jonh Wallis	Estudioso sobre a surdez; Dedicou-se mais ao ensino da escrita aos surdos.
	George Dalgarno	Foi o idealizador do sistema de

Época	Personalidade	Fatos
		datilologia.
	Konrah Amman	Defensor da leitura labial pelos surdos
	Charles Michel de L'Épée	Muitos o consideram o criador da Língua de Sinais, apesar de se saber que a língua já existia anteriormente; Criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris (primeira escola de surdos do mundo); Reconheceu o surdo como ser humano, assumiu o método como uma educação coletiva; Pontuou que ensinar o surdo a falar antes de aprender a língua de sinais seria uma “perda de tempo”.
	Jacob Rodrigues Pereira	Usava alguns sinais em forma de gestos; No entanto, defendia o método oral.
	Thomas Braid Wood	Fundou uma escola de surdos na Europa (Edimburgo).
	Samuel Heinicke	Ensinou vários surdos a falar; Criou o método oral, conhecido atualmente.
	IDADE CONTEMPORÂNEA	Roch Ambroise Cucurron Sicard
	Pierre Desloges	Foi defensor da língua de

Época	Personalidade	Fatos
		sinais; Publicou o primeiro livro escrito por um surdo.
	Jean Itard	Médico; Dedicou-se ao estudo da deficiência auditiva; Utilizava, em suas pesquisas, métodos de perfuração de tímpanos, entre outros.
	Jean Massieu	Ex-aluno de L'Épée; Primeiro professor surdo que se tem registro – foi o nome mais cotado para ser o sucessor de Sicard no Instituto.
	Thomas Hopkins Gallaudet	Abriu a escola de Hartford; Adotou a Língua de Sinais e alfabeto manual na Educação dos Surdos na América.
	Edward Miner Gallaudet	Sobrinho de Thomas Gallaudet; Fundador da Universidade Gallaudet.
	Alexandre Graham Bell	Inventor de telefone e filho de pais surdos; Defensor do oralismo.
	Helen Keller	Ficou cega e surda aos 7 anos de idade, criou mais de 60 sinais para se comunicar com seus familiares; tornou-se uma grande escritora e sendo fluente de várias línguas
	BRASIL	EnerstHuet

Época	Personalidade	Fatos
		método de ensino de Língua de Sinais francês com o alfabeto manual para o Brasil.
	Tobias Leite	No cargo de diretor, se inicia no estabelecimento da obrigatoriedade do ensino do oralismo e da leitura labial.
	Flausino José da Gama	Ex-aluno do INES; Fez a primeira tentativa de registro dos sinais utilizados no Brasil.
	Eugênio Oates	Missionário americano; Difundiu a Língua de Sinais para a sociedade por meio de dicionário.
	Lucinda Ferreira Brito	Primeira pesquisadora da Língua de Sinais no Brasil; Possibilitou aos pesquisadores melhor entendimento acerca da Língua de Sinais adotada pelos surdos.
	Ronice Quadros	Filha de pais surdos; Pesquisadora Linguística, foi a primeira a levantar a bandeira do uso da Libras nas crianças surdas.
	Martinha Clarett	Diretora de Política de Educação Especial; Defensora da inclusão; Propôs o fechamento de escolas especiais para efetivar a Educação Inclusiva.

Época	Personalidade	Fatos
		Não acredita na importância da Libras na Educação de Surdos.
	Diretoria da Feneis	Representante da comunidade surda; Defensora da Língua de Sinais na escolarização dos surdos; Reivindicou uma educação de qualidade aos surdos, por meio da Educação Bilíngue.

Fonte: Elaborada pelas autoras baseada nas informações do Wikipédia (2014)².

2.2. Influências históricas da Educação dos Surdos PÓS-Congresso de Milão (1880)

O tempo que a Língua de Sinais havia conquistado o seu espaço na Educação dos Surdos, iniciado no século XVIII, com grandes ganhos, estava para acabar. Os surdos que haviam conseguido um lugar para desenvolver sua própria identidade, devido ao convívio com iguais e a um sistema de ensino que lhes havia propiciado a forma real de acesso ao conhecimento, foram arrancados durante o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em 1880, em Milão.

Nesse Congresso, os professores surdos foram excluídos da votação, o oralismo venceu e o uso da Língua de Sinais nas escolas foi “oficialmente” abolido, acarretando uma deterioração marcante no aproveitamento educacional das crianças surdas e na sua instrução em geral.

Após a reunião no Congresso de Milão, o oralismo puro invadiu a Europa. Isso ocorreu pela confluência do nacionalismo, elitismo, comercialismo e orgulho familiar vigentes na época. Existia também o

² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/Historiadosurdos>. Acesso em: 24 maio 2014.

desejo do educador ter controle total das salas e não se sujeitar a dividir o seu papel com um professor surdo, por isso os professores surdos foram demitidos, eliminando, assim a sua presença nas escolas dos surdos. Era a forma de impedir que eles pudessem ter qualquer tipo de força e de poderem se organizar para qualquer tipo de manifestação ou proposta que fosse contra o oralismo. O Congresso de Milão transformou, dessa forma, a fala na única forma de comunicação dos surdos para a finalidade da educação. Então, aos poucos, foram sendo substituídos diante das pesquisas e experimentos de diferentes metodologias de ensino.

No fim, foram fundamentados os três modelos educacionais na Educação de Surdos e presentes em maior ou menor intensidade nas escolas para surdos, que são: o Oralismo, a Comunicação Total, a Inclusão e o Bilinguismo.

2.2.1. Oralismo

Esse método foi difundido em 1880, durante o Congresso de Milão, considerado um grande e importante evento mundial sobre Educação de Surdos. Entretanto, a partir daí os educadores de todos os países passaram a adotar o novo método obrigatória e exclusivamente: o Oralismo.

A modalidade oralista baseia-se na crença de que a fala é a única forma desejável de comunicação para o sujeito surdo, e a língua de sinais deve ser evitada a todo custo, porque atrapalha o desenvolvimento da fala. Diante disso, algumas vezes, os professores acorrentavam as mãos dos alunos para que fosse impedida qualquer tentativa de sinalização por eles.

Essa concepção de educação enquadra-se no modelo clínico, uma visão que afirma a importância da integração dos sujeitos surdos na comunidade de ouvintes e que, para isso possa ocorrer, o sujeito surdo deve oralizar bem, fazendo uma reabilitação de fala em direção à “normalidade” exigida pela sociedade.

Apesar de o método ter demonstrado um resultado insatisfatório, durou cerca de 100 anos, e ainda hoje há quem defenda essa abordagem educativa.

2.2.2. Comunicação Total

Esse método da Comunicação Total surgiu em decorrência dos questionamentos de alguns educadores acerca da eficiência do Oralismo, pois sabemos que, apesar da proibição dos usos de sinais na sala de aula, os surdos ainda seguiam se comunicando assim nos intervalos das aulas, escondidos dos professores em seus grupos, nos quais criavam seu próprio sistema de sinais.

Na década de 60 – nos EUA, os pesquisadores começaram a investigar as Língua de Sinais e a legitimá-las como uma língua própria dos surdos, resultando assim o exímio do método Oralismo, cedendo, dessa forma, seu espaço à Comunicação Total, que propõe fazer uso de todo e qualquer método de comunicação (sinais naturais e artificiais, palavras, símbolos, mímicas...) para permitir que a criança surda, pelo menos, adquirisse uma linguagem.

Essa metodologia resultou na criação de sistemas de sinais que acabam sempre seguindo a ordem da produção das palavras da língua falada da comunidade ouvinte, produzida simultaneamente de forma artificial, provocando várias críticas por parte de alguns autores, dizendo que o maior problema é a mistura de duas línguas, a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais, resultando numa terceira modalidade que é o “português sinalizado”. Esse “português sinalizado” encoraja o uso inadequado da Língua de Sinais, já que esta tem gramática diferente de Língua Portuguesa.

2.2.3. Inclusão

Atualmente, a Educação dos Surdos no Brasil se baseia numa nova proposta de ensino defendido pelo poder oficial, disseminando a

visão de que é um ato de discriminação colocar os surdos, bem como qualquer outro tipo de “deficiente”, tristemente isolados em escolas especiais – atribui-se que é um atentado à modernidade, ou ao avanço tecnológico, ainda se desejar manter grupos “isolados”. Desse modo, defende-se a ideia de que colocar os “deficientes” junto às pessoas “normais” é um sinal de grande avanço impulsionado pela solidariedade. Portanto, criando um método para a Educação dos Surdos – a Inclusão.

O governo acredita que o aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro, e essa visão se deve ao fato de que o aluno surdo necessita de um modelo orientador da Língua Portuguesa, de ficar exposto ao modelo linguístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. A aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa língua.

Mas ao tentar incluir os surdos em salas de aula regulares, involuntariamente, isso inviabiliza o desejo dos surdos de construir saberes, identidades e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial do país) e impossibilita a consolidação linguística dos alunos surdos. Não se trata de apenas aceitar a Língua de Sinais, mas de viabilizá-la, pois todo trabalho pedagógico que considere o desenvolvimento cognitivo tem que considerar a aquisição de uma primeira língua natural (este é o eixo fundamental do “Bilinguismo”, o qual defendemos).

Por mais que o professor se esforce, se capacitando com os cursos de Libras e outros, durante a sua regência de algumas atividades, o aluno surdo acaba sendo prejudicado, como em uma leitura oral de um texto ou, por exemplo, nas conversas, diálogos e debates em sala de aula, em que se vê pouca participação destes nas atividades propostas pelos professores.

O governo minimiza essa falta de recurso adequado aos surdos, exigindo a presença de um intérprete de Libras em sala de aula, mas nem sempre é a solução, pois a grande maioria de intérprete não tem uma formação necessária, além da grande diferença entre Libras e língua oral.

2.2.4. Bilinguismo

Este é visto como uma proposta de ensino usada por escolas que sugerem permitir que os sujeitos surdos tenham acesso a duas línguas no contexto escolar. As pesquisas têm mostrado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a Língua de Sinais como primeira língua e, a partir daí, se passa para o ensino da segunda língua, que é o Português, que pode ser na modalidade escrita ou oral.

A proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a Língua de Sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a Língua Portuguesa. O Bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda. A aquisição da Língua de Sinais vai permitir à criança surda acessar os conceitos da sua comunidade e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a Língua Portuguesa possibilitará o fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo acesso maior à comunicação.

A sua abordagem busca remover a FALA e concentrar-se nos sinais da Língua de Sinais, incentivando, assim, melhor domínio por parte das crianças na Língua de Sinais. Para isso, propõe expor as crianças surdas em contato com pessoas fluentes na Língua de Sinais desde cedo, sejam seus pais, professores ou outros.

Essa nova proposta está sendo debatida atualmente entre a comunidade surda com os governantes, por meio de movimentos surdos que reivindicam que seja adotado na Educação dos Surdos o modelo da Educação Bilíngue que foi sancionado pelo Decreto 5626/2005, argumentando que este não está sendo cumprido.

3. Conclusão

Ao propor uma discussão de mudanças na Educação de Surdos, é preciso que, antes, haja coleta de dados, estudo e investigação, a fim de entender os fatores históricos que a envolvem, diante das visões que a sociedade tinha dos surdos, as rupturas que evidenciam as interferências das relações de poder com a política educacional.

Para que a atual situação da Educação dos Surdos seja mais bem compreendida nas suas raízes históricas e políticas, a fim de oportunizar a possibilidade de propor as mudanças diante das decisões derivadas dessa análise e de contribuir para uma melhor mudança da realidade educacional, se faz necessário discutir, largamente, sobre o lugar que ocupam, na Educação dos Surdos, as transformações sociais de cada momento histórico e a lógica da ideologia dominante.

Em outras palavras, a pesquisa e a reflexão a partir da perspectiva da qual foram apresentados os três fatos determinantes para Educação dos Surdos, a saber: retrospectiva histórica da Educação dos Surdos, que inclui a criação da primeira escola pública que, enfim, reconhece os surdos como seres capazes, com seus valores, hábitos e culturas próprios, que se utilizam da Língua de Sinais para se comunicarem, dando a eles uma ampla participação enquanto cidadãos; a contribuição das pessoas na construção de sua educação e o seu papel para com a educação; enfim, as influências que estes tiveram no Pós-Congresso de Milão, que trouxe das subjacências às atuais discussões das concepções da surdez e dos surdos pelo ouvinte e suas consequências na organização política, social e educacional para a comunidade surda, provocando as mudanças educacionais dos surdos até os dias atuais.

Sabemos que a discussão de uma transformação na Educação dos Surdos debatida entre os governantes e educadores está basicamente centrada nas mudanças estruturais e metodológicas da escolarização vigente e na dificuldade de esta se adequar e ser compatível com a proposta da inclusão/exclusão, entre outras coisas, a se propor uma

escola que possa adaptar e acolher a todos de acordo com as suas diferenças e especificidade, com qualidade. No entanto, o que se torna emergente são as mudanças de concepção do sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre políticas educacionais, a análise das relações de poder entre surdos e ouvintes (SKLIAR, 1997).

Entre as principais contribuições que podem gerar essas transformações, está a expansão, entre os educadores, do aprofundamento teórico acerca das concepções sociais, culturais e antropológicas da surdez e do surdo, e principalmente, o reconhecimento da diferença – não da deficiência – como mais um exemplo da diferença humana, para construção da cidadania e, conseqüentemente, de um verdadeiro processo educativo da difusão de informação e conhecimento acerca dos sujeitos surdos e da Libras, mais especificamente, na divulgação da proposta de uma Educação Bilíngue que a comunidade surda quer como um novo modelo educacional dos surdos de hoje

Enfim, entende-se que, para oferecer uma boa educação aos alunos surdos, não basta somente incluí-los, mas é necessário que toda a organização esteja de acordo, desde o seu espaço físico, os seus profissionais e seus aspectos pedagógicos com os conteúdos trabalhados devem estar adaptados, adequados e preparados para serem utilizados diante das adversidades, devido ao fato de os surdos utilizarem a Libras como a principal base de instrução.

Referências

ARAÚJO, A. M. L. **Jogos Computacionais Fonoarticulatórios para crianças com Deficiência Auditiva**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação) – Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro

de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

FARIA, S. **A metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5287>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfr68rsh4FkNNKyr/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 295-305, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/810>. Acesso em: 12 out. 2022.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. **La educación de lossordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica**. Mendonça: EDIUNC, 1997.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 75-107.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados: Bragança Paulista, 1999.